

**PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE FEIRA DE SANTANA ACERCA DE MEIO AMBIENTE**

**ALISON SILVA FERREIRA**

FACULDADE ANÍSIO TEIXEIRA DE FEIRA DE SANTANA

**MIRIAN GOMES CONCEIÇÃO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

**SONIA MARIA DA SILVA GOMES**

UFSC UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**TERESINHA DOS SANTOS CARVALHO**

## PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE FEIRA DE SANTANA ACERCA DE MEIO AMBIENTE

### Resumo

O objetivo desta pesquisa foi conhecer a percepção dos estudantes do ensino fundamental II das escolas municipais de Feira de Santana – BA acerca de aspectos de Meio Ambiente. Para tanto, como amostra, foi considerado as escolas municipais da cidade que possuem o 9º ano regular nos turnos matutino e vespertino. A coleta de dados foi através de um questionário *Survey* aplicado a 540 alunos, sendo 54% do sexo feminino e 46% do sexo masculino, a maior parte com média de idade abaixo 16 anos. Observou-se que na opinião deles, no geral, os problemas mais recorrentes da comunidade em que vivem são: poluição nas ruas e queimadas. Os resultados demonstraram também que a limpeza dos bairros não é realizada ou possui baixa incidência, portanto, conforme afirmaram os estudantes, o local em que vivem não possui condições sanitárias suficientes e há baixa realização nos serviços de manutenção e limpeza das áreas naturais, que, por sua vez, são poucas e com má estado de conservação. Cita-se que as questões relacionadas ao lixo produtivo, urbano e residencial não são apenas pautas de pesquisas, mas uma obrigação legal imposta pela Lei nº 12.305/2010, conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Portanto, acredita-se que trabalhos como estes, que integram o ensino das ciências ambientais e seus temas: meio ambiente e sustentabilidade são de fundamental importância para o Estado e para a própria sociedade, pois são saberes que condicionam a atitudes ambientalmente corretas por parte destes jovens cidadãos.

**Palavras-chave:** Meio Ambiente; Ensino Fundamental; Percepção Ambiental.

### Abstract

The objective of this research was to evaluate the perception of elementary school students II of the municipal schools of Feira de Santana - BA on Environmental aspects. For that, as a sample, it was considered the municipal schools of the city that have the 9th regular year in the morning and afternoon shifts. Data collection was done through a Survey questionnaire applied to 540 students, 54% female and 46% male, most of them with a mean age below 16 years. It was observed that in their opinion, in general, the most recurrent problems of the community in which they live are: street pollution and burning. The results also showed that the cleanliness of the neighborhoods is not performed or has a low incidence, therefore, according to the students, the place where they live does not have sufficient sanitary conditions and there is low achievement in the maintenance and cleaning services of the natural areas, in turn, are few and poorly maintained. It is mentioned that the issues related to productive, urban and residential waste are not only research guidelines, but a legal obligation imposed by Law n. 12.305 / 2010, known as the National Policy on Solid Waste. Therefore, it is believed that works such as these, which integrate the teaching of the environmental sciences and their themes: environment and sustainability are of fundamental importance for the State and for society itself, since they are knowledge that condition the environmentally correct attitudes on the part of these young citizens.

**Keywords:** Environment; Environment Perception; Elementary School.

## **1. INTRODUÇÃO**

A educação ambiental (EA) é fundamental para o processo de mudança nas atitudes dos cidadãos em relação ao ecossistema. Neste sentido, a escola é um espaço circunstancial na construção dos saberes necessária as boas práticas de sustentabilidade, reflexão a respeito das futuras gerações e sensibilização ambiental. Segundo Ferreira, Costa e Silva (2017) são por estes motivos que se entende que o lugar mais propício para atingir esse objetivo é dentro das escolas, visto que existem muitas crianças e adolescentes na fase propícia à aprendizagem.

As diretrizes curriculares do MEC preveem o ensino da EA, sobretudo, porque se sabe que o mesmo é uma obrigatoriedade imposta pela Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental. O Art. 10 da referida lei estabelece que tais assuntos sejam desenvolvidos como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, mas não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

Além destes fatores que se seguem, o ensino de temas correlatos ao meio ambiente é previsto ainda na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo V, na medida em que se deve “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

No entanto, se faz necessário, consoante aos marcos regulatórios que o ensino sobre a ciência ambiental esteja integrado na proposta pedagógica das atividades cotidianas da escola, sobretudo nos anos finais do ensino fundamental, onde o estudante torna-se próximo de uma nova etapa na sua formação: o ensino médio, e, portanto, espera-se que o mesmo possui maior conhecimento e decorrente percepção e entendimento para construir uma visão crítica acerca do ecossistema.

Diante do exposto, a presente pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: Qual é a percepção dos alunos do ensino fundamental II das escolas do município de Feira de Santana sobre aspectos relacionados a meio ambiente?

O objetivo desta pesquisa é conhecer a percepção dos estudantes do ensino fundamental II das escolas municipais de Feira de Santana – BA em relação aos aspectos ambientais.

Sabe-se que estudos sobre educação ambiental e meio ambiente se auto justificam por se tratarem de temas relacionados a continuidade da vida humana. Principalmente por que são os ecossistemas que detém as principais fontes de recursos que os seres vivos utilizam para manutenção da vida, e que aos poucos, o próprio homem, através do seu consumismo desenfreado e falta de práticas sustentáveis tem destruído.

## **2. REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1. Educação e Educação Ambiental**

A educação é um bem essencial na vida do ser humano, e neste sentido, para Terra (1997), entendemos como bem tudo aquilo que nos apropriamos justamente por possuir utilidade as nossas necessidades, ou seja, bem é algo vantajoso ou útil a um dado fim. Portanto, a educação é um bem que todos nós, cidadãos, deveríamos nos apropriar, sobretudo

por que também é objeto constitucional, previsto na Lei Magna, como direito básico e, consequentemente, fundamental.

No artigo 205 da referida Lei, a educação é entendida como um direito de todos e dever do Estado e da família, que deve ser promovida e incentivada com a colaboração da própria sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para Freire (1996) essa educação é uma construção que liberta o homem, que o permite reconhecer a identidade e experiências que os próprios alunos vivenciaram antes e durante a escola. Ajudando estes estudantes na estruturação de sua própria identidade, na composição do percurso profissional e pessoal (MORAN, 2000).

Acerca desta discussão, no trabalho de Malafaia e Rodrigues (2009) que possuiu o objetivo de avaliar a percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental, verificou-se que há predominância de uma percepção ambiental pouco elaborada e de caráter reducionista, ou seja, acreditam que o meio ambiente é apenas os aspectos físicos (fauna, flora, água, ar, solo etc.) mas excluem o ser humano como integrante dela.

Dias, Leal e Carpi Jr. (2016) entendem, neste contexto, que educar é uma tarefa difícil, pois envolve uma metodologia e didática que deve ser relacionada aos aspectos culturais, históricos, sociais e políticos de cada aluno, portanto, para ser educador é necessário adotar estratégias de ensino bem desenhadas, sobretudo nos dias atuais em que a escola deixou de ser apenas um local de aquisição de conhecimentos, para ser um ambiente de formação de cidadãos conscientes.

Contudo, o termo educação não se restringe a escola ou aos ambientes físicos, a própria sociedade participa na formação educacional de qualquer pessoa, a família, as igrejas ou centros religiosos, os locais que cada um frequenta e neste sentido, o contato com pessoas que acrescenta alguma forma de saber, sendo ela, portanto, o resultado da soma desses aprendizados (MORAN, 2007).

Freire e Carvalho (2012) ressaltam que a educação que se ensina nas escolas e nos institutos educacionais, independentemente de seu espaço ser público ou privado também exerce influência na vida das pessoas, e juntamente com a comunicação se fazem circunstanciais para a formação de indivíduos conscientes, informados e participantes da dinâmica social, portanto, essenciais no desenvolvimento humano e construção social.

Infere-se, portanto, que o papel do educador é criar as condições acessíveis para que este processo de fato ocorra, e por consequência, desenvolver situações que levem ao avanço desse potencial, que encorajemos alunos a crescerem continuamente (NUNES e MONTEIRO, 2014).

A educação ambiental (EA) surge dentro deste panorama, não apenas por ser uma obrigatoriedade que é prevista pela Lei nº 9.795/99, mas também como prática transformadora das consciências não apenas dos alunos, mas de toda sociedade e da própria qualidade de vida (DIAS; LEAL e CARPI JR., 2016). Além disso, os autores entendem que é conveniente atentar que a Educação Ambiental está intimamente ligada ao indivíduo como ser

social, e por consequência, influencia para conduzir a percepção individual sobre a temática ou disseminação da EA sob os olhares de cada ator do espaço social.

Para Bizerril e Faria (2001), com o passar dos anos, a educação ambiental recebeu diversos conceitos e abordagens, idealizando que essa área estaria em união com o ensino das ciências ambientais à percepção de que é simplesmente uma nova educação com discurso progressista.

No entanto, a Secretaria de Educação Fundamental (2001), entende a Educação Ambiental, em níveis de ensino fundamental e médio, como tema transversal, ainda está em formação que pode ser entendida como uma área do conhecimento que visa elucidar as pessoas sobre o meio ambiente, conscientizando-as sobre a importância da preservação e do uso correto e sustentável dos recursos naturais que promovam a qualidade de vida e a eliminação do consumo inconsciente.

Portanto, a problemática da Educação Ambiental não se constitui um tema recente nas agendas públicas dos governos (VEIGA; AMORIM e BLANCO, 2005). Mas atualmente é considerado um dos temas mais relevantes, sendo debatido tanto no cenário nacional como internacional, sobretudo com o objetivo de apresentar o novo desenvolvimento voltado para sustentabilidade social e ambiental (SILVA e LEITE, 2008).

Por este motivo, Reigota (2002), explicou que a educação ambiental escolar tem forte tendência de tornar-se não só uma prática educativa, ou uma disciplina simples integrante do currículo, mas uma filosofia de educação consolidada.

Medeiros, Ribeiro e Ferreira (2011) acrescentam que, por consequência, a educação ambiental é uma filosofia fundamental para deliberar conscientização a sociedade para conferir equilíbrio entre o homem e o ambiente natural, sendo a promotora de uma nova mentalidade de vida com relação à utilização dos recursos oferecidos pela natureza, gerando como produto um novo modelo de comportamento.

Este fato pode ser evidenciado na pesquisa de Ferreira; Costa e Silva (2017); que ao verificarem acerca do desenvolvimento de estudantes do Ensino Fundamental sobre práticas ambientais, concluíram que, de modo geral, atividades educativas direcionadas ao meio ambiente geraram reflexão entre os alunos, fato que foi considerado, pelos autores, o primeiro passo para a formação de cidadãos críticos acerca das questões ambientais.

## **2.2. O Meio Ambiente e o Ser Humano**

Jacobi (2003) cita que se tomarmos como referência o índice de que uma parte considerável da população brasileira vive nas regiões metropolitanas, nas grandes cidades, sobretudo, as capitais, podemos observar que os problemas ambientais também perpassam por outras questões, matérias estas além da própria degradação do meio ambiente.

Em conformidade com este pensamento, Moran (2011) acrescentou que o resultado ambiental que temos hoje é um produto da mudança de demografia, relacionada também com a história da ocupação e uso do solo, com o próprio consumo, ou seja, a transformação de um meio ambiente rico para um estágio preocupante é decorrente da transição das pessoas para as grandes cidades.

Tomando por base o pensamento dos autores, é possível enfatizar que o crescimento populacional pode ser atrelado, por exemplo, ao aumento de consumo, as demandas de mercados, as necessidades do homem em obter produtos tecnológicos, significante da produção de resíduos. Por consequência, o aumento produção agrícola e industrial também gera suas mazelas, tais como: a degradação do meio ambiente natural, citando as queimadas e o desmatamento, o lançamento de gases na atmosfera etc.

A pesquisa de Mendonça e Pinheiro (2012) cita também como problema ambiental associado ao consumismo e a despreocupação com o meio ambiente, os recentes eventos de mortes de pessoas no RJ causados por deslizamentos de terras nos períodos chuvosos. Fato complementado por Loboda e Angelis (2005) como efeitos do desrespeito a natureza e da falta de planejamento urbano e territorial.

Contudo, para Moraes (2005), o sentido de exploração no qual o Brasil está profundamente entrelaçado é resultado de suas origens, por ser um país que já foi colônia e, portanto, possui em sua história a perspectiva da conquista de novos ambientes, o que resultado no êxodo rural, tem-se também a idealização de produzir e conquistar, e seu produto são: as degradações dos lugares.

Segundo Jacobi (2003), foi necessário que o mundo testemunhasse os acidentes em níveis globais de usinas nucleares e contaminações tóxicas de proporções absurdas, como o Three-Mile Island, nos Estados Unidos da América, em 1979; o caso Love Canal no Alasca; o desastre do Bhopal ocorrido em 1984 no segundo país mais populoso do mundo: a Índia; e em 1986, a catástrofe da atual cidade fantasma: Chernobyl, que na época fazia parte do bloco denominado União Soviética, o estímulo aos debates públicos e científicos sobre o meio ambiente demorou ocorrer em caráter mundial.

Bursztyn (2018) complementa este pensamento inferindo que foi após esses eventos catastróficos que se começou a notar a necessidade da discussão sobre políticas de gestão ambiental em caráter global, e, portanto, criou-se a Conferência de Estocolmo, em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, nomeado ainda como Eco-92 ou Cúpula da Terra, ou pelo seu nome mais popular: Conferência Rio-92.

Portanto, após essas e outras reuniões com integração entre países, juntamente com a inserção do Protocolo de Kyoto (ou Quioto, em português), instituído em 1997 e em vigor a partir de 2005, são considerados marcos históricos, ainda que os EUA tenham se negado a permanecer no acordo.

Moreira e Giometti (2008) definiram que este Protocolo surgiu como uma grande oportunidade, não apenas deslumbrando as ações efetivas em prol do meio ambiente, mas como resposta as próprias necessidades de abordar continuamente o compromisso na produção limpa, ou seja, servindo como uma espécie de catalisador para que os países emergentes ou em progresso buscassem o desenvolvimento sustentável.

Contudo, não basta que apenas as empresas, entendidas aqui como pessoas jurídicas, realizem seu papel socioambiental, ou o governo através da imposição proposta pelas leis e de sua efetiva fiscalização. É necessário que as pessoas físicas, e neste contexto, se engloba: os trabalhadores de diversos setores da produção industrial, comercial e de serviços; representantes de órgãos sem fins lucrativos, conselhos e ordens profissionais, prepostos de

universidades e instituições de ensino, pesquisadores etc., estejam efetivamente selando pelo meio ambiental.

Dentro deste panorama, Layrargues (2004) ressalta que o homem ainda necessita e com certa urgência implementar o princípio da cooperação, entre si e em relação à natureza, pois a falta dessa solidariedade coloca em risco os negócios, a geração de renda de várias famílias, por consequência, a própria independência econômica do país, pois, em uma simples lógica, basta analisar que nada adiantará se uma dada empresa trabalhar a favor da sustentabilidade se seus fornecedores e consumidores, por exemplo, não estiverem comprometidos.

Além disso, Souza (2014) acrescenta que na atualidade, temas relacionados à: sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, consumismo, entre outros, cada vez mais, tem obtido popularidade devido à gravidade dos problemas ambientais do qual passa o Planeta atualmente.

No entanto, os debates a respeito do meio ambiente demoraram a iniciar, conforme entende Pedrini (2011), ao citar que o ser humano e sua falta de consciência, somado a atitudes arrogantes e prepotentes derivadas da ignorância que condicionaram a falta de análise sobre a finitude dos recursos naturais.

Concordando com este pensamento, Malafaia e Rodrigues (2009) inferem que foi a degradação ambiental e a queda da qualidade de vida, nas últimas décadas, principalmente após os anos 60, que deram origem a uma preocupação global com a temática ambiental.

### **3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A presente pesquisa foi aplicada aos alunos do ensino fundamental II das escolas municipais de Feira de Santana, e pode ser considerada de caráter misto, ou seja, quali-quantitativa. Segundo Gatti (2012) há uma necessidade pela construção em dados quantitativos, diante da perspectiva explorada e na análise em um viés qualitativo.

Neste sentido, em um primeiro momento, a pesquisa utilizou-se de ferramentas bibliográficas para construção dos conhecimentos acerca de Educação Ambiental. Conforme Gil (2010), as pesquisas bibliográficas são elaboradas com base em materiais já publicados, no qual se realiza um levantamento teórico de artigos científicos e livros do tema proposto e o que cada autor expõe sobre o tema, trazendo uma vantagem como um estudo mais amplo sobre o tema escolhido. Em relação aos objetivos, essa pesquisa pode ser entendida como descritiva, isso, por que, segundo Vergara (2016), pesquisas como estas são relacionadas diretamente ao objeto de estudo.

Em segundo momento, a pesquisa, pode ser descrita como estudo de campo, pois para este tipo de trabalho, o fato estudado é abordado em seu ambiente próprio, o que permite que a coleta de dados seja feita nas condições naturais, sem intervenção e manuseio do pesquisador, conforme Severino (2007).

A população e alvo deste trabalho foram os alunos regulares do último ano de ensino (9º ano) de nível fundamental, matriculados e devidamente frequentando os turnos matutinos e vespertinos das escolas pertencentes à cidade de Feira de Santana e seus distritos, município situado a pouco mais de 110 km da capital do Estado, Salvador.

A escolha pelas escolas municipais desta região se deu em função da importância econômica e geográfica que a mesma atribui ao estado baiano, além de ser, segundo o IBGE (2010), o segundo município mais populoso do Estado e do interior do Nordeste, e considerada ainda o 34º maior município do país em relação à quantidade populacional.

A definição da amostra em questão também é motivada pela quantidade de escolas públicas disponíveis para aplicação dos questionários, possuindo o segundo maior número de escolas públicas do Estado da Bahia, ficando atrás, somente, da capital: Salvador.

Em relação as turmas escolhidas, procedeu-se conforme as metodologias das pesquisas de Souza (2014) que optou por alunos do último ano do ensino fundamental, por considerar estes em transição entre o ensino básico e médio.

As informações necessárias foram coletadas através de um questionário *Survey*, de caráter objetivo. Na etapa de verificação e consequente seleção da amostra, foi disposto, através do apoio da Secretaria de Educação do Município de Feira de Santana, a lista de escolas com Ensino Fundamental II com alunos regularmente matriculados e frequentando o 9º ano do ensino regular.

Percebeu-se que 24 escolas da rede estavam dentro do filtro determinado para o desenvolvimento da presente pesquisa, o que representa um total de 35 turmas. Contudo, esperava-se que os questionários fossem respondidos, ao menos, por 70% da amostra.

Além dos questionamentos acerca de perfil (idade e gênero), os questionários compreenderam tópicos interrogativos acerca das características ambientais dos locais (bairros e distritos) onde residem os estudantes, tais como: realização de limpeza urbana, disponibilidade de coleta seletiva, arborização, preservação e problemas ambientais existentes.

Para a definição das Instituições, foi considerado, primeiramente, todas as escolas localizadas nas sedes distritais de Feira de Santana. Isso por que, segundo o IBGE (2018), em divisão territorial datada de 18-VIII-1988, o município é constituído de 08 distritos, sendo eles: Bonfim da Feira, Governador Dr. João Durval Carneiro (ex. Ipuáçu), Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria e Tiquarucu.

Foram escolhidas, outras 09 escolas para completar o total de 17 (necessário para alcance dos 70%). Neste sentido, os colégios foram determinados de acordo com suas localizações por zona da cidade (centro, norte, sul, leste e oeste). Contudo, o distrito de João Durval não formou turma de 9º ano em 2018, resultando em 16 escolas.

A distância de algum dos distritos em relação ao centro urbano local e a dificuldade de transporte urbano disponível e acesso a algumas escolas foram as principais limitações encontradas na pesquisa.

Com relação às turmas; observa-se que, no geral, se enquadraram, dentro da amostra, 25 de 35 turmas possíveis, representando os mesmos 70% em relação ao total do número de escolas. Contudo, com a eliminação da escola do distrito de João Durval a amostra final por turma foi de 24 das 35 possíveis. Portanto, foram compreendidas as seguintes instituições:

Tabela I. Escolas Municipais – Ensino Fundamental II.

<b>Unidade De Ensino</b>	<b>Total de Turmas</b>	<b>Local</b>
Centro de Educação Básica da UEFS	03	Bairro
Centro de Educação Monteiro Lobato	01	Bairro
Centro Integrado de Educação Mun. Prof. Joselito Falcão de Amorim	02	Bairro
E. M. Álvaro Pereira Boaventura	01	Distrito
E. M. Crispiniano Ferreira da Silva	02	Distrito
E. M. Dr. Colbert Martins da Silva	02	Distrito
E. M. Dr. João Duarte Guimarães	02	Bairro
E. M. Faustino Dias Lima	01	Bairro
E. M. Geraldo Dias de Souza	01	Distrito
E. M. João Marinho Falcão	01	Bairro
E. M. José Tavares Carneiro	02	Distrito
E. M. Maria Antonia Costa	02	Bairro
E. M. Profa. Eli Queiroz de Oliveira	01	Bairro
E. M. Profa. Julieta Frutuoso de Araújo	01	Distrito
E. M. Quinze de Novembro	01	Distrito
E. M. Rosa Maria Esperidião Leite	01	Distrito
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da Pesquisa. 2018.

Assim, conforme exposto, adquiriu-se uma amostra de 540 questionários respondidos, sendo que 262 destes foram provenientes de escolas localizadas nos bairros de Feira de Santana, e 278 nos colégios municipais dos distritos deste mesmo município estudado.

Com o objetivo de realizar o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos desta etapa, foi utilizada a ferramenta *Microsoft Office Excel* para tabulação dos dados e emissão de gráficos simples utilizando apenas estatística descritiva.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1. Perfil Dos Estudantes

Com a finalidade de cumprir o objetivo da presente pesquisa em avaliar a percepção dos estudantes das séries finais do ensino fundamental, em especificidade o 9º ano, das escolas municipais de Feira de Santana – BA, acerca de aspectos de Meio Ambiente e Sustentabilidade, os resultados foram dispostos em quadros e gráficos.

Portanto, primeiramente, buscou-se traçar o perfil dos respondentes em relação ao sexo e idade. A Tabela II, abaixo determina as quantidades totais, frequências das amostras (n) e percentuais (%) encontradas no geral e nas escolas da sede e distritos, respectivamente.

Tabela II. Perfil dos Respondentes.

<b>Sexo</b>	<b>Geral</b>			<b>Bairros</b>			<b>Distritos</b>		
	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>
Masculino	251	540	46,48	138	262	52,67	113	278	40,65
Feminino	289	540	53,52	124	262	47,33	165	278	59,35
<b>Idade</b>	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>
13-14	152	540	28,15	90	262	34,35	62	278	22,30
15-16	291	540	53,89	136	262	51,91	155	278	55,76
17-18	97	540	17,96	36	262	13,74	61	278	21,94

Fonte: Dados da Pesquisa. 2018.

Os dados demonstram que nos bairros há pouco mais de 5% de homens em relação a mulheres, mas que a quantidade de estudantes do sexo feminino nos distritos supera o sexo oposto em quase 9%, ou seja, no geral, as mulheres são maioria.

Em relação à idade, os indícios inferiram que a fase mais regular, em ambos os casos, está na faixa entre 15 e 16 anos, seguido pelo intervalo 13 – 14. Ou seja, no geral, 82% dos alunos possuem idade inferior a 16 anos.

#### 4.2. Reflexão Ambiental da Comunidade

A presente pesquisa propôs-se a analisar o entendimento dos alunos acerca da comunidade em que vivem; da sua ótica em relação à limpeza do bairro, coleta comum e seletiva e possíveis problemas ambientais.

Portanto, a Tabela III, relata uma síntese geral das respostas em relação à limpeza do bairro, a quantidade de paisagens naturais e a realização da sanidade dessas áreas, tais como: árvores, rios, lagos e lagos e demais espaços voltados à preservação da natureza.

Tabela III. Percepção sobre as Áreas Naturais.

Limpeza do Bairro	Geral			Bairros			Distritos		
	Freq. (n.)	Total	Freq. (%)	Freq. (n.)	Total	Freq. (%)	Freq. (n.)	Total	Freq. (%)
Muito	39	540	7,22	19	262	7,25	20	278	7,19
Pouco	172	540	31,85	89	262	33,97	83	278	29,86
Regular	329	540	60,93	154	262	58,78	175	278	62,95
<b>Paisagens</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>
Muito	176	540	32,59	61	262	23,28	115	278	41,37
Pouco	159	540	29,44	80	262	30,53	79	278	28,42
Regular	160	540	29,63	88	262	33,59	72	278	25,90
Nenhuma	45	540	8,33	33	262	12,60	12	278	4,32
<b>Manutenção das Áreas Naturais</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>	<b>Freq. (n.)</b>	<b>Total</b>	<b>Freq. (%)</b>
Muito	61	540	11,30	36	262	13,74	25	278	8,99
Pouco	171	540	31,67	86	262	32,82	85	278	30,58
Regular	185	540	34,26	93	262	35,50	92	278	33,09
Nenhuma	123	540	22,78	47	262	17,94	76	278	27,34

Fonte: Dados da Pesquisa. 2018.

Acerca da limpeza nos bairros e distritos, há uma proximidade das opiniões que as áreas em que esses estudantes residem possuem uma regularidade em relação à sanidade, observada no percentual de resposta regular, em média 61%. Contudo, quase 32% dos respondentes afirmaram que esses locais não são abstergidos.

Na pesquisa de Mendonça e Pinheiro (2012) acerca da percepção do risco associado a deslizamentos de terra em uma cidade do RJ, questões relacionadas à limpeza do bairro aparece entre as cinco mais preocupantes entre os moradores entrevistados pelos autores. Esse fato demonstra que a limpeza pública é muito importante e tem sido abordado em pesquisas.

Em relação às paisagens, enquanto mais de 41% dos estudantes das escolas distritais afirmaram que existem muitas, mais de 43% dos alunos residentes nos bairros entendem que

há poucas ou nenhuma áreas naturais onde vivem, em oposição, menos de 5% dos respondentes que moram nos distritos reiteraram a respeito de não haver paisagens.

Os resultados corroboram com a opinião de Loboda e Angelis (2005) que inferiram que no decorrer dos anos, as áreas verdes nos espaços urbanos ter deixado de existir, sendo que estes recursos naturais proporcionam qualidade de vida ao homem, pois produzem efeitos físicos e mentais, absorvem ruídos e partículas sólidas presentes no ar, atuam como um filtro, sobretudo em cidades industriais, reduzindo a sensação térmica, proveniente de cidades com grande volume de veículos, e ainda, sendo importante para o plano psicológico e sentimental.

Por fim, quando questionado a respeito da limpeza e manutenção dessas áreas disponíveis pela própria natureza, que seria uma oferta pública, quase 55% dos respondentes, em geral, alegou que não existe ou, há pouca realização desse tipo de trabalho. Enquanto pouco mais de 34%, da amostra total, disseram que o serviço é realizado regularmente.

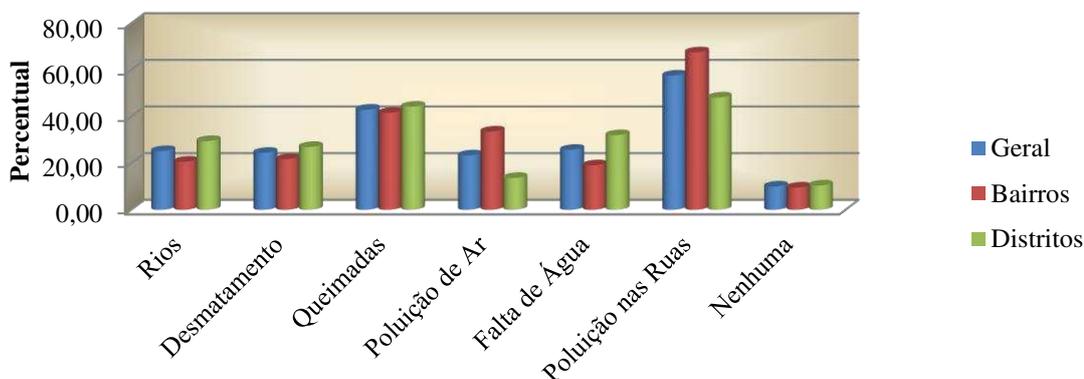
Conforme Oliveira e Carvalho (2009), a falta de manutenção das áreas verdes e ambientes naturais causam problemas para a população. Volpe-Filik (2009) cita que alguns destes problemas podem ser raízes de árvores impedindo a passagem de pedestres, quebrando sarjetas e entupindo esgotos, árvores caindo, sobretudo em períodos chuvosos, quebrando muros e destruindo patrimônios privados. Afetando também redes elétricas (MILANO e DALCIN, 2000). Além do mau cheiro causado por poluição de rios e lagos.

Em complemento a esta opinião, podemos citar a pesquisa de Souza (2014) que a partir dos dados obtidos em sua pesquisa com estudantes de mesma série, inferiu, em linhas gerais, que os alunos até apresentam suas preocupações com a situação a qual vive o planeta, porém são bastante acomodados na questão prática do assunto, não reconhecendo temas como sustentabilidade e aquecimento global.

### 4.3. Problemas Ambientais da Comunidade

Buscou analisar os problemas ambientais nos bairros em que os alunos residem e também considerando, para os alunos dos distritos, as comunidades vizinhas, para avaliar possíveis pontos de melhoria. Por consequência dos fatores relacionados, foi relacionado os principais problemas ambientais definidos também na pesquisa de Souza (2014). Os resultados estão apresentados no Gráfico I.

Gráfico I. Percepção sobre os Problemas Ambientais.



Fonte: Dados da Pesquisa. 2018.

O Gráfico I relata que tanto nos bairros quanto nos distritos, e por consequência, no geral (média entre os dois), o problema ambiental mais recorrente é a poluição nas ruas, seguido pela questão do desmatamento.

Menos de 10% dos estudantes afirmaram não possuir nenhum revés ecossistêmico onde vivem. Essa questão dos resíduos sólidos, sobretudo aqueles advindos de uso doméstico, serem vistos como um dos maiores problemas foi ressaltado por Braga e Ramos (2006) como uma necessidade, inclusive prioritária, que é de caráter mundial, juntamente com o tema água e meio ambiente, em geral.

Na pesquisa de Souza (2014) os estudantes afirmaram que os problemas mais recorrentes e, portanto, mais preocupantes, são justamente estes, que são, inclusive, consequência das próprias ações humanas.

Tabela IV. Percepção Sobre as Coletas.

Coleta de Lixo	Geral			Bairros			Distritos		
	Freq. (n).	Total	Freq. (%)	Freq. (n).	Total	Freq. (%)	Freq. (n).	Total	Freq. (%)
Possui	321	540	59,44	190	262	72,52	131	278	47,12
Não Possui	48	540	8,89	11	262	4,20	37	278	13,31
Insuficiente	171	540	31,67	61	262	23,28	110	278	39,57

Coleta Seletiva	Geral			Bairros			Distritos		
	Freq. (n).	Total	Freq. (%)	Freq. (n).	Total	Freq. (%)	Freq. (n).	Total	Freq. (%)
Possui	41	540	7,59	26	262	9,92	15	278	5,40
Não Possui	428	540	79,26	203	262	77,48	225	278	80,94
Insuficiente	71	540	13,15	33	262	12,60	38	278	13,67

Fonte: Dados da Pesquisa. 2018.

Na opinião de pouco mais de 72% dos alunos que moram nos bairros feirenses, a coleta de lixo comum realizada pelas empresas contratadas pela Prefeitura Municipal de Feira de Santana é suficiente para atender a demanda populacional. Contudo menos de 50% dos respondentes que residem nos distritos afirmaram que essa coleta é suficiente, ou seja, uma parte considerável entende que a coleta de lixo residual é insuficiente ou não existe.

Em relação à coleta seletiva, os números se apresentam com maior negatividade. Em ambos os casos, cerca de 80% dos respondentes citaram que não existe esse tipo de coleta ou disponibilidade para tal disposto pela PMFS, no geral, pouco menos de 8% disseram que a coleta seletiva existe e é suficiente para atender a demanda populacional.

Contudo, Bringhenti (2004) cita que o gerenciamento de resíduos sólidos é responsabilidade do município, portanto, é necessário que o poder público local desenvolva melhores programas de coleta seletiva, assim como, implante as ações de educação ambiental para a comunidade visando à cooperação social para essa questão.

O pensamento do autor é corroborado na perspectiva que se considera a imposição da Lei nº 12.305/2010 conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos que obriga entes públicos e privados a realizar a destinação correta dos resíduos produtivos e residenciais gerados, evitando o manejo inadequado desses poluentes e eliminando o uso constantes dos lixões.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi conhecer a percepção dos estudantes do ensino fundamental II das escolas municipais de Feira de Santana – BA, acerca de aspectos de Meio Ambiente. Para tanto, com uma amostra de 540 alunos da rede pública de ensino da cidade, foi aplicado um questionário de tipo *Survey*.

Percebeu-se que nos bairros há um pouco mais de estudantes do sexo masculino, mas que a quantidade de estudantes do sexo feminino nos distritos supera o sexo oposto em quase 9%, ou seja, no geral, as mulheres são maioria. E a média de idade destes alunos é inferior a 16 anos.

Quanto a percepção dos alunos sobre sua comunidade, ficou evidente que uma parte considerável acredita que o local onde vivem não possui condições sanitárias suficientes, principalmente por que o serviço de manutenção e limpeza não é realizado e também não detém de muitas paisagens naturais.

Sendo assim, os problemas ambientais mais citados pelos alunos são: lixo nas ruas e as queimadas, sobretudo por que os estudantes apontaram que quase não existe coleta seletiva e, no geral, a coleta de lixo comum, principalmente nos distritos, é insuficiente.

Assim, também seria que as questões relacionadas ao lixo produtivo, urbano e residencial não são apenas pautas de pesquisas, mas uma obrigação legal imposta pela Lei nº 12.305/2010, conhecida como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O texto de Lei apresenta, inclusive, que aos municípios é necessária uma adequação as novas políticas ambientais para exclusões de lixões e substituição por aterros sanitários, implantação da reciclagem, reuso, compostagem, tratamento do lixo e coleta seletiva nos municípios, com prazo recentemente prorrogado pelo Senado Federal até 2021.

Dessa forma, se observa a necessidade de maiores investimentos ambientais no município estudado, principalmente no aspecto urbanístico ambiental, visando maior qualidade de vida, tanto nas regiões mais centralizadas quanto nos locais mais afastados do centro.

Portanto, ressalta-se que estudos relacionados a essa temática, que integram o ensino das ciências ambientais e seus temas: meio ambiente e sustentabilidade são de fundamental importância para o Estado e para a própria sociedade, pois são saberes que condicionam a atitudes ambientalmente corretas por parte destes jovens cidadãos.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, G. S. O desenvolvimento sustentável. **Rev. Visões**, 4<sup>a</sup> ed, n. 4, v. 1, jan/jun, 2008.

BIZERRIL, M. X. A.; FARIA, D. S. Percepção de professores sobre a educação ambiental no ensino fundamental. **R. bras. Est. Pedag.**, v. 82, n. 200/201/202, p. 57-69, jan./dez. 2001.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto**. Artigo 205. Disponível em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp)>. Acesso em: out 2018.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988. **Capítulo VI: Do Meio Ambiente**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: set 2018.

\_\_\_\_\_. Lei N° 9795, de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCiVil\\_03/LEIS/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/LEIS/L9795.htm)>. Acesso em: out 2018.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. MEC. **Panorama da educação ambiental no ensino fundamental**. Brasília: 2001.

BRINGHENTI, J. **Coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos: aspectos operacionais e da participação da população**. Tese. Universidade de São Paulo. Fac. de Saúde Pública, 2004.

BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de política e gestão ambiental: Caminho para a sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

CAVALCANTI, A. L. G. N.; AMARAL, E. M. R. Ensino de ciências e educação ambiental no nível fundamental: análise de algumas estratégias didáticas. **Rev. Ciênc. Educ**, vol.17, n.1, pp.129-144. 2011.

CMMAD. **Nosso Futuro Comum**. RJ. Ed.FGV. 1988.

DIAS, L. S.; LEAL, A. C.; CARPI JUNIOR, S. (Orgs.). **Educação Ambiental: conceitos, metodologia e práticas**. Tupã: ANAP, 2016.

FERREIRA, N. P; COSTA, I. A. S.; SILVA, C. D. D. **Atividades educacionais ambientais no ensino de ciências na educação básica**. In: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2017.

FREIRE, M. T.; CARVALHO, D. W. **Educomunicação: construção social e desenvolvimento humano – um relato de pesquisa**. In: IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 9. Caxias do Sul. Anais... IX Seminário ANPED SUL, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 28ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. **Abordagens quantitativas e a pesquisa educacional**. Fundação Carlos Chagas, USP. 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUATTARI, Félix. **As três Ecologias**. Campinas: Papyrus, 1991.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 28 nov. 2018.

HERCULANO, S. **Do desenvolvimento (In) Suportável à sociedade feliz**. Ecologia, Ciência e Política. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1992.

HOJI, Masakasu. **Administração Financeira e Orçamentária, matemática financeira aplicada, estratégia financeiras, orçamento empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas 2009.

JACOBI, P. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 185-205, março, 2003.

LAYRARGUES, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira. Ministério do Meio Ambiente**. Diretoria de Educação Ambiental: Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. Do eco desenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito: **Revista Proposta**, 1997.

LOBODA, C. R.; ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais**, v. 1 n° 1, jan./jun., 2005.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. L. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biociências**, v. 7, n. 3, p. 266-274, jul./set. 2009.

MEDEIROS, M. C. S.; RIBEIRO, M. C. M.; FERREIRA, C. M. A. Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 92, set 2011.

MENDONÇA, M. B.; PINHEIRO, M. T. G. Estudo da percepção de risco associado a deslizamentos no bairro do Maceió, **Rev. Educação Ambiental**, vol. 2, n° 2, jul./dez., 2012.

MILANO, M. S.; DALCIN, E. C. **Arborização de vias públicas**. Rio de Janeiro: Light, 2000.

MORAN, E. F. **Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade**. São Paulo: Senac, 2011.

MORAN, J. M. R. **A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá**. Campinas: Papirus, 2007.

MORAN, J. M. R. Mudar a forma de ensinar e de aprender. **Revista Interações**, São Paulo, v. 5, p.57- 72, 2000.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4° Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, H. M.; GIOMETTI, A. B. R. O Protocolo de Quioto e as Possibilidades de Inserção do Brasil no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo por meio de Projetos em Energia Limpa. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 30, n° 1, p. 9-47, jan/abr., 2008.

OLIVEIRA, T. S.; CARVALHO, S. M. Levantamento quantitativo e qualitativo de indivíduos arbóreos presentes nas vias do bairro da Ronda em Ponta Grossa-PR. **REVSBAU**, v.4, n.3, p. 143- 157, 2009.

PEDRINI, A. G. (Org). **Educação Ambiental; reflexões e prática contemporâneas**. 8° Ed. Petrópolis: Vozes Ltda., 2011.

REIGOTA, Marcos. **A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna**. São Paulo: Cortez, 2002.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

SILVA, M. M. P.; LEITE, V. D. Estratégias para realização de educação ambiental em escolas do ensino fundamental. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient**, v. 20, jan/jun, 2008.

SOUZA, S. L. **Meio ambiente e sustentabilidade: uma reflexão com alunos do ensino fundamental II**. (Monografia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Especialização em Gestão Ambiental em Municípios. Medianeira, 2014.

TERRA, E. **Linguagem, Língua e Fala**. São Paulo: Editora Scipione, 1997.

TOMAZELLO, M. G. C.; FERREIRA, T. R. C. Educação Ambiental: que critérios adotar para avaliar a adequação pedagógica de seus projetos. **Ciência & Educação**, v.7, n.2, 2001.

VEIGA, A.; AMORIM, E.; BLANCO, M. **Um Retrato da Presença da Educação Ambiental no Ensino Fundamental Brasileiro: o percurso de um processo acelerado de expansão**. MEC. INEP: Brasília, 2005.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2016.

VOLPE-FILIK, A. **Trincas nas calçadas e espécies muito utilizadas na arborização: comparação entre Sibipiruna (Caesalpinia pluviosa Dc.) e Falsa-murta (Murraya paniculata (L.) Jacq.), no município de Piracicaba/SP**. Tese (Doutorado). Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, 2009.